

# REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

## REFLECTIONS ABOUT THE IMPACTS OF THE SOCIAL MOVEMENTS IN THE IN THE MATHEMATICS TEACHER'S FORMATION

Emanuel Gomes Peixoto, Karly Barbosa Alvarenga  
Universidade Federal de Goiás. (Brasil)  
[emanuellgomees@gmail.com](mailto:emanuellgomees@gmail.com), [karlyalvarenga@gmail.com](mailto:karlyalvarenga@gmail.com)

### Resumen

Este trabalho tem como principal objetivo refletir sobre a formação inicial de professores de matemática que participam de Movimentos Estudantis e Sociais durante seu processo formativo, baseado nas ideias e concepções de Paulo Freire e Ole Skovsmose, com contribuições de outros autores. É uma investigação documental, em que se analisaram registros e documentos sobre as políticas educacionais propostas nos anos 2015 a 2017. Foram analisados registros das movimentações estudantis e sociais que rejeitaram tais políticas a fim de refletir sobre a formação do professor de matemática. Os resultados indicam uma potencial formação crítica e política dos participantes dos movimentos sociais, de forma que entendam o papel político que o professor ocupa dentro da escola, bem como a importância de construir coletivamente espaços de debates dentro e fora do ensino da matemática, a fim de romper com a formação positivista nas áreas de exatas.

**Palabras clave:** matemática, formação inicial de professores, movimentos estudantis

### Abstract

The main objective this work is to reflect about the students that attend Mathematics Teacher Education at university and who participate in student and social movements during their formative process, it is based on ideas and conceptions of Paulo Freire and Ole Skovsmose, with contributions from other authors. It is a Documentary investigation, in which analyzed records and documents on educational policies in Brazil in the years 2015 to 2017. Were analyzed records of the student and social movements who rejected these policies in order to reflect about the Mathematics Teacher Education. The results point to a potential critical and political formation of the social movement's participants, so that they understand the social role who the teacher occupies inside the school as well as the importance of collectively constructing spaces for debates within and outside the teaching of mathematics, in order to break with the positivist formation in the exact areas.

**Key words:** Mathematics, Teacher Education, *Social movements*

## ■ Introdução

O objetivo deste trabalho é refletir sobre os impactos nas políticas educacionais, promovidos pelas reformas na educação no governo brasileiro de Michel Temer, na formação do professor de matemática. No percurso da graduação, talvez a compreensão de como trabalhar a criticidade do aluno nas aulas de matemática seja limitada, por ser proporcionada uma vivência da realidade escolar aos alunos de licenciaturas que é restrita a poucos momentos de intervenção pedagógica, somada a pouca vivência em outros contextos e ambientes educacionais. Logo, se faz necessária a discussão sobre a formação do professor de matemática que tem a vontade de se tornar um educador progressista.

Assim, um dos intuitos desta pesquisa é fornecer elementos para um debate sobre a formação do professor(a) de matemática que atua no Movimento Estudantil (ME) ou nos Movimentos Sociais (MS). Esse é um momento oportuno quando se considera que há o crescimento das lutas de massas por uma educação de qualidade, liderada por secundaristas e universitários. Entendemos que, atualmente, mudanças no cenário político brasileiro têm provocado drásticas alterações na estrutura escolar brasileira, retomando fortemente os laços com conservadorismos e tecnicismo no ensino, propagados, principalmente, durante o período da Ditadura Militar.

É preciso buscar alternativas de formação docente para romper com as negatividades do tradicionalismo enraizadas na prática dos professores de matemática, que já sofrem com a influência do Positivismo. Nessa circunstância, formam-se educadores cada vez mais acríticos e monótonos, que promovem uma educação desencontrada da realidade social do aluno, o que resulta na visão de que a matemática é uma disciplina sem sentido e utilidade.

## ■ Marco teórico

Mediante essa problematização e percebendo o caráter político assumido na discussão, utilizamos uma perspectiva libertadora de Paulo Freire (1984, 2005, 2008), em que educar é um ato político, no qual o professor deve buscar esclarecimento durante sua formação sobre suas próprias concepções, questionando, a todo o momento, o papel político que o docente cumpre. Nesse mesmo sentido, baseamo-nos também em Skovsmose (2010) para argumentar sobre a Educação Matemática Crítica.

Pesquisas realizadas por Souza (1998), Bezerra e Xypas (2014) discutem a formação de professores que participaram do Movimento Estudantil (ME). Fonseca (2010) e Rocha (2013) também contribuem para este debate com suas reflexões acerca da formação de pedagogos que atuaram no ME, para uma formação crítica, libertadora. Como a formação matemática historicamente se fundamenta em princípios positivistas, também utilizaremos dessas ideias para refletir sobre o desenvolvimento crítico e cidadão dos professores de matemática no Brasil, conforme Motta & Brolezzi (2005) e Silva (1985). Assim, depois da revisão bibliográfica tecemos nosso marco teórico embasado na seguinte afirmação: A formação inicial de professores de Matemática precisa quebrar com o paradigma positivista e reorganizar seus currículos investindo em perspectivas libertadoras, autônomas, criativas e críticas.

E, no desenrolar da investigação apontamos e interconectamos autores, em especial, Skovsmose, Paulo Freire e Motta & Brolezzi para dialogarmos com os fatos e os desafios relacionados aos estudantes de Licenciatura em Matemática limitando o marco teórico.

## ■ Metodologia de pesquisa

Esta investigação se caracteriza como documental aliada a registros de acontecimentos em vários estados brasileiros, com participação de estudantes secundaristas e universitários, em especial, aqueles que estão em

formação inicial para docência em matemática. Para tanto, realizamos um mapeamento de artigos, documentos oficiais, notas de entidades baseados em quatro termos: Movimento Estudantil, Movimentos Sociais, Formação de Professores e Matemática. O nosso *corpus*, portanto, é formado por 5 documentos oficiais, 5 reportagens publicadas em *sites*, observações em *lôcus*, dos movimentos, algumas redes sociais e em torno de 4 artigos que trataram diretamente do tema.

Além desses documentos, localizamos também registros dos acontecimentos garimpando em reportagens, imagens, redes sociais e outros meios de comunicação. Nosso intuito foi identificar as principais movimentações estudantis ocorridas durante o período do governo Temer de implantação das novas políticas educacionais.

### ■ Um breve contexto político

Acontecimentos no cenário político brasileiro no período de 2014 a 2018 deixam uma marca conturbada e negativa na história brasileira, principalmente no período da recente democracia, conquistada após o fim da Ditadura Militar. O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff se tornou um marco após três mandatos completos de governo dirigido pelo Partido dos Trabalhadores. A mudança drástica de governo causou um estreitamento do campo político, deixando explícitos os conflitos de interesses entre os partidos considerados de “Direita” e de “Esquerda”.

Com a consolidação do governo interino de Michel Temer, que foi eleito como vice-presidente em 2014, iniciou-se uma série de acordos políticos com o intuito de aprovar medidas que atendem aos interesses particulares das classes economicamente altas do país (como empresários e bancários). Desse modo, o referido governo foi considerado ilegítimo pelas classes econômicas baixas (Trabalhadores), principalmente pela postura conservadora e reacionária que ele adotou em suas políticas (Ruffato, 2017).

As formas como as propostas de emendas constitucionais foram feitas e levadas à frente mostram como a democracia no Estado Brasileiro é frágil e pouco valorizada pelos políticos, que propõem leis, reformas e mudanças constitucionais de forma impositiva e radical, comprometendo a garantia de direitos fundamentais dos brasileiros, como saúde e educação. As medidas conservadoras adotadas impulsionaram uma série de mobilizações lideradas por movimentos sociais e estudantis contra esses retrocessos. A tabela 1 apresenta algumas características das medidas governamentais que trouxeram insatisfações em todo o país. Podemos notar que todas as medidas, inclusive algumas exclusivamente estaduais, em especial do governo do estado de Goiás, como a Militarização da Escola Pública e as Organizações Sociais nas escolas, apontam para uma grande regressão à educação brasileira.

**Tabela 1.** Medidas governamentais que impactam na educação de nossas crianças e jovens

Principais políticas relacionadas à educação	Período de aplicação	Impactos na educação e Formação docente
Emenda Constitucional 95	20 anos (2017-2037)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Congelamentos dos investimentos em educação, saúde e infraestrutura por 20 anos.</li> <li>- Precarização das condições de trabalho dos professores (as).</li> <li>- Abertura para privatização de instituições públicas de ensino.</li> <li>- Déficit de investimentos para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação, Reforma do Ensino Médio, entre outras políticas educacionais.</li> </ul>
	Indeterminado (A partir	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reestruturação curricular, permitindo a flexibilização de conteúdos obrigatórios – ex.: história, geografia, biologia, etc.</li> </ul>

Principais políticas relacionadas à educação	Período de aplicação	Impactos na educação e Formação docente
LEI nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio)	de 2016)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da carga horária do ano letivos, sem condições físicas e estruturais das escolas contemplarem ensino de tempo integral.</li> <li>- Promove uma educação voltada para o ensino técnico, acrítico e sem perspectiva de mudança social.</li> <li>- Abertura para financiamentos de bancos e instituições privadas na educação pública (estreitando laços neoliberais com a educação pública).</li> </ul>
Organizações Sociais na gestão das escolas públicas	Se aprovado-tempo indeterminado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esvaziamento do princípio da gestão democrática.</li> <li>- Falácia de melhoria na qualidade educacional.</li> <li>- Desvalorização dos profissionais da educação.</li> <li>- Prejuízos ao processo de ensino e de aprendizagem.</li> <li>- Falta de transparência e criminalização dos movimentos sociais.</li> <li>- Desmantelamento da educação pública.</li> </ul>
Organizações Sociais na gestão das escolas públicas	Se aprovado-tempo indeterminado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esvaziamento do princípio da gestão democrática.</li> <li>- Falácia de melhoria na qualidade educacional.</li> <li>- Desvalorização dos profissionais da educação.</li> <li>- Prejuízos ao processo de ensino e de aprendizagem.</li> <li>- Falta de transparência e criminalização dos movimentos sociais.</li> <li>- Desmantelamento da educação pública.</li> </ul>
Militarização das Escolas em Goiás	Não possui tempo de duração	<ul style="list-style-type: none"> <li>- De 2013 a 2018 houve um aumento de 212% de escolas estaduais geridas pela Polícia Militar no Brasil.</li> <li>- Obrigatoriedade das cobranças de mensalidades em escolas públicas.</li> <li>- Promove o fim da liberdade de expressão, do ensino crítico, da gestão democrática, da diversidade cultural e social, entre outros quesitos para uma educação de qualidade.</li> <li>- Transforma a escola em um ambiente idêntico a de um Quartel - General da Polícia Militar, imponto a ordem e respeito através de duras penas pautadas nos métodos militares, criando assim uma nova pedagógica: a Militar.</li> </ul>

*Fonte:* Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.

Isso deixa claro como o cenário político do país está cada vez mais fragilizado, impondo medidas e adotando características autoritárias e não democráticas. A participação popular é fortemente reprimida, seja pela via burocrática e política como também no direito de livre manifestação, nas ruas, escolas e universidade. Macêdo (2011, p.79) aponta que:

As ações de governo podem ser amplas ou restritas, centralizadas ou descentralizadas. (...) no governo democrático, onde impera o princípio da igualdade, as políticas são amplas/ universalistas e, em geral pressupõem a participação da sociedade, ou seja, são construídas horizontalmente. As demandas da população são atendidas.

Pelo seu caráter impositivo, as políticas do governo Temer são consideradas um ataque ao Estado Democrático de Direito, direcionados às classes oprimidas, economicamente menos favorecidas da sociedade, visando, por exemplo, implantar, a qualquer custo, a Reformas da Previdência (PEC 287/2016 na Câmara), Reforma Trabalhista (Projeto

de Lei da Câmara nº 38, de 2017), Reforma do Ensino Médio (em vigor como Lei nº 13.415/2017), Proposta de Emenda Constitucional 55 (em vigor como EC 95/2016), que acabaram sendo sancionadas com exceção da Reforma da Previdência que ainda está em tramitação no congresso.

### ■ Resistência popular e estudantil

Para chegar a uma educação de qualidade, é preciso que haja a resistência do povo aos ataques contra seus direitos, que se configuram em políticas reacionárias antagônicas à perspectiva crítica e libertadora. Para afirmar isso, é preciso desmistificar que a educação é neutra. Para Freire (1984), é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Nesse sentido, uma política educacional se constitui principalmente como um aparato do estado para impor sua ideologia dominadora sobre os indivíduos de uma sociedade. Segundo Macêdo (2011, p. 81):

A política educacional constitui-se em um mecanismo de sustentação/ reprodução do capital, todavia, como todo processo histórico-social, o capitalismo traz em si a contradição, pois ao se garantir o direito a educação transcende-se o caráter regulatório e ideológico implícito nesta política de estado e abre-se uma brecha para potencializar a luta de classe popular pelos demais direitos, individuais, sociais e políticos.

Estudantes e trabalhadores se uniram contra todas as medidas impostas. Nas ruas, nos colégios, nas faculdades e nas universidades foram organizados diversos protestos e foram emitidas pelos movimentos sociais, sindicais e estudantis cartas e moções direcionadas aos órgãos públicos, apontando a inconstitucionalidade de tais medidas (EC 55, MP 746, PEC 287/2016, Projeto de Lei nº 6.787/2016, dentre outras), assim como a reprovação nas consultas eletrônicas feitas pelo próprio Senado Federal em seu sítio na internet.

Motivados a barrar cada uma dessas propostas, os movimentos populares se organizaram por meio de sindicatos, juventudes, Grêmios Estudantis, Diretórios Centrais dos Estudantes, Centros Acadêmicos de Cursos e outros movimentos populares que se uniram em mobilizações pelo país inteiro. Essa mobilização gerou, no segundo semestre de 2016, um intenso processo de ocupações das escolas e universidades públicas.

As ocupações das escolas secundaristas já vinham sendo usadas como uma significativa forma de protesto, inspirados nas lutas de países vizinhos como Chile e Argentina. Em 2011, mais de 700 escolas foram ocupadas por estudantes secundaristas chilenos, em protesto por passe livre estudantil e por melhorias na educação pública. A exemplo dessas lutas, estudantes secundaristas do Estado de São Paulo - Brasil se uniram em 2015 contra a reorganização escolar proposta pelo governo local e contra a corrupção com o dinheiro das merendas escolares. Mais de 150 escolas foram ocupadas por todo estado.

Em Goiás - Brasil, também houve um massivo movimento no final de 2015, em que as escolas do estado foram ocupadas pelos secundaristas e universitários, que eram contra a proposta do governador de passar a gestão das escolas do estado para Organizações Sociais (OS), através do Aviso de Chamamento nº 3/2016. Segundo Silva, Soares, Echalar & Guimarães (2017, p. 8) “a gestão escolar não pode ser pautada na lógica empresarial, visto que o ambiente escolar é lugar de diversidade cultural e social”. Os alunos, sujeitos no processo educativo, teriam suas individualidades ignoradas, sendo tratados como meros clientes. Os professores também não teriam seguridade alguma de emprego, sendo extinto o concurso público e tendo diversos direitos cassados pela proposta. Somado a isso, também há até nos dias de hoje uma forte tendência do governo em militarizar as escolas públicas, no intuito de impor a ordem, respeito e medo aos estudantes de Goiás, reforçando o caráter impositivo e excludente da educação no estado. Tanto no estado de São Paulo como no estado de Goiás, importantes conquistas foram obtidas, mostrando a força dos estudantes na luta pela educação pública.

É possível caracterizar uma ocupação como um movimento em que os estudantes adentram o ambiente físico das escolas e nele permanecem, até que suas demandas e reivindicações sejam atendidas ou até que o estado use de seu aparato repressor para obrigá-los a sair da escola. Inspirado nessas lutas, estudantes ocuparam em torno de mil escolas e centenas universidades no ano de 2016, contra a precarização proposta pelo governo. Em Goiás, as ocupações e protestos somaram-se novamente contra as OS e militarização das escolas estaduais.

### ■ Impactos na formação docente

O ME tem se constituído como importante espaço formativo de cidadania e pensamento crítico dos estudantes que nele atuam por uma sociedade justa e democrática. O sujeito em formação como professor de matemática sofre, ao longo desse processo, transformações importantes, que determinam de que forma ele irá compreender o modelo de ensino no qual está inserido, adquirindo saberes essenciais para propor novas medidas para superar a precarização a qual a educação é submetida, na qual é possível perceber que “(...) de fato o movimento estudantil contribui nesta formação, a partir da inserção dos alunos nos debates políticos, nas lutas por ideais coletivos, na sua condição de pertencimento a uma sociedade desigual e que pode ser sujeito de mudanças” (Bezerra & Xypas, 2014, p.11)

No curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Goiás, os estudantes têm sido atuantes nas lutas dentro e fora do seu ambiente de estudo. Partindo das ocupações escolares e universitárias ocorridas nos anos de 2015 e 2016, analisamos e refletimos aqui como se deu a atuação dessa organização estudantil e como isso traz aspectos importantes para a formação desses futuros professores de matemática, uma área muito endurecida na perspectiva crítica e social. Preconizamos que a matemática deve ser ensinada para além de cálculos e da lógica formal, entendida como meio fundamental para leitura crítica de mundo. Nessa direção Skovsmose (2010, p. 18) aponta que:

A abordagem pedagógica de Freire ilustra a ideia de que há uma conexão entre as qualidades de comunicação e as qualidades de aprendizagem. Freire quis desenvolver certas qualidades de aprendizagem. Os alunos não deveriam somente aprender a ler e a escrever, mas a interpretar criticamente a situação social e política.

### ■ Raízes positivistas na Educação

No Brasil, a educação sofre até hoje com as influências das ideias positivistas na organização escolar e curricular, assim como a própria formação do professor e aluno de matemática. O positivismo chegou ao Brasil no final do séc. XIX e no início do séc. XX, difundido principalmente na Academia Militar do Rio de Janeiro. Para Motta & Brolezzi (2005), a tradição humanística clássica foi substituída pela científica, com destaque para as ciências matemáticas.

Silva (1999) elenca quatro pontos que podem descrever as algumas características da filosofia positivista: 1. O estudo da ciência positiva fornece-nos o único meio racional de pôr em evidência as leis lógicas do espírito; 2. a filosofia positiva deve conduzir a uma transformação do nosso sistema de educação; 3. o ensino científico pode ser considerado como a base da educação geral, verdadeiramente racional; 4. a filosofia positiva pode ser considerada como a única base sólida da reorganização da sociedade. Logo, a matemática passa a influenciar também na maneira como todo o currículo escolar e científico é visto, pensado e organizado.

Atualmente, é comum no contexto escolar os alunos não enxergarem utilidade prática para a matemática, pois ela é vista apenas como um corpo de conhecimentos abstratos que dificilmente serão úteis no cotidiano do sujeito. Em grande parte, isso se deu pelo fato de essa área do conhecimento ser colocada como soberana em relação a outras,



em que só a partir do sentido lógico matemático e racional as ciências e a sociedade se encontrariam em desenvolvimento.

Reduzir o ensino a um corpo de conhecimentos, que são aprendidos de forma cronológica e ordenada, faz com que a educação se torne, sobretudo, distante do seu objetivo social, emancipatório e crítico. O racionalismo ainda predomina no ensino da matemática, no qual professores encontram dificuldades em ensinar a matemática de maneira a considerar um caráter crítico e útil para a vida cotidiana, social e política.

### ■ O aspecto formativo do movimento estudantil

As ações estudantis foram apresentadas com o intuito de perceber uma alternativa prática para ruptura com a formação positiva enraizada no sistema educacional brasileiro. Isso porque consideramos que o Movimento Estudantil, nos seus espaços de atuação, se constitui como importante ferramenta de formação docente, no sentido em que o ato de rejeitar as políticas educacionais de cunho antidemocrático significa, sobretudo, assumir uma posição política e crítica sobre a educação, a sociedade e, principalmente, sobre a sua própria formação.

É preciso que o estudante tenha contato com experiências além da sala de aula, desenvolvendo, assim, competências que vão além do que é colocado no currículo. Perrenoud *et al.* (2002) define uma competência como a aptidão para enfrentar uma família de situações análogas, de uma forma correta, rápida, pertinente e criativa, mobilizando múltiplos recursos cognitivos: saberes, capacidades, micro competências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio.

Dessa forma, na atuação política o licenciando desenvolve diversas competências em que o corpo de conhecimentos e seus saberes são igualmente importantes e que devem se organizar para que se chegue ao objetivo maior, que é defender a educação pública de qualidade. Segundo Freire (2005, p.156):

[...] não há outra posição para o educador ou educadora progressista em face da questão dos conteúdos senão empenhar-se na luta incessante em favor da democratização da sociedade, que implica a democratização da escola como necessariamente a democratização, de um lado, da programação dos conteúdos, de outro, da de seu ensino.

No convívio com a luta diária e com pessoas com concepções políticas e ideológicas parecidas ou divergentes, o educando se encontra num processo de desenvolvimento de certas competências, que serão muito importantes para o seu desenvolvimento como professor progressista. Listamos aqui alguma delas, no intuito de provocar a reflexão de como isso pode influenciar no posicionamento do professor(a) no ato de educar, em que será capaz de: 1) ter interesse em crescer não só intelectualmente, mas também pessoalmente; 2) desenvolver habilidades de expressão de fala e pensamentos; 3) ter poder de argumentação para defender seus ideais; 4) construir conhecimentos por meio do diálogo; 5) assumir a responsabilidade de seus atos, falhas e acertos; 7) educar para uma formação matemática voltada para a cidadania; e 8) saber lidar com discussões sociais nas aulas de matemática e relacionar o conteúdo com diversas áreas do saber.

Essas competências são desenvolvidas no momento em que o estudante de licenciatura passar a ter uma atuação política incisiva em seu meio, seja na defesa da Universidade, curso, escola ou educação como um todo. Todos esses elementos acabam também por provocar, em partes, uma ruptura com a formação positivista que obtiveram até o momento. Neste sentido, a formação docente também ocorre no momento em que estudantes se posicionam criticamente sobre as políticas impostas pela atual presidência e alguns governos locais, não as aceitando, por acreditar que estas estão postas contra a autonomia de uma educação emancipatória e democrática.

Isso implica em pensar em um programa de ensino democrático para uma sociedade democrática. Skovsmose (2010) relaciona a pedagogia de Freire com o ensino da matemática, em que a literacia vai mais além do que a competência

de ler e escrever, mas pode se referir também à competência de interpretar uma situação como algo que pode ser alterado ou à identificação de mecanismos de repressão. Logo, a matemática tem um papel correspondente à noção de literacia na formulação de Freire.

Ao se unirem com os trabalhadores (as) da educação, formam-se novos sujeitos com experiência prática de resistência às imposições do sistema político-educacional deste país, sendo essa a que ainda sustenta a perspectiva de luta de quem defende uma educação de qualidade social para todos(as), que, apesar de atualmente influenciada por diversos fatores positivistas e neoliberais, ainda tem abertura para o mínimo de criticidade a ser impactado às novas gerações deste país. Então, é importante que quem se forme como professor esteja consciente de toda a repressão e imposição em uma sociedade capitalista, e que a educação tende a atender os interesses das classes burguesas. No entanto, ao mesmo tempo, o professor precisa estar disposto e apto a aproveitar os espaços educacionais para levar uma visão crítica a todo esse sistema, sempre deixando a esperança de luta e mudança por igualdade social. É importante destacar que o processo educativo deve ser inclusivo e não reprodutivo!

## ■ Resultados

A matemática infelizmente ocupa uma posição de destaque na manutenção do sistema ora vigente. Hoje, a escola pública adquire um forte caráter excludente, tendo a matemática como base dessa exclusão. As frases que escutamos – como: “quem sabe matemática é mais inteligente”; “os professores de matemática não tem interesse em política e, em geral, são ‘da direita’”; “só tem interesse pelo social os professores e estudantes das humanas”; “os estudantes e professores das humanas só querem confusão”, dentre outras até de cunho machistas como “as mulheres são ruins de conta” – possuem a marca das ideias positivistas, impregnadas no sistema educacional e na forma de conceber o ensino e a aprendizagem.

O professor de matemática está totalmente incluído na tarefa de romper com o programa de ensino tecnicista, pois com o ensino da matemática voltado para a formação crítica é possível também potencializar uma visão menos egoísta que o educando pode ter da realidade, passar a questionar e não só aceitar as coisas como elas são, como é comumente feito no ensino com raízes positivistas, como apontam Motta & Brolezzi (2005).

O educador, que é esclarecido com suas concepções políticas e que tem a coragem de assumi-las, saberá que o conhecimento não deve ser meramente repassado, mecanicamente seguindo uma ordem sequencial endurecida. Desde que suas concepções tenham o caráter progressista, de educar para cidadania, a prática docente se volta para a liberdade e para a emancipação do educando. Adquire muito provavelmente olhares interdisciplinares e transdisciplinares, pois o conhecimento científico não estará mais desvinculado do real e dos embates sociais e políticos vivenciados e discutidos pelos alunos e professores. Isso já afirmava Freire (2005; 2008) em suas concepções e lutas por uma educação que liberta.

Em defesa da educação que atenda realmente esses critérios, os professores e alunos vão às ruas e às vias burocráticas para defender seus ideais. Neste sentido, foram as lutas que barraram as Organizações Sociais na educação, que fizeram os estudantes se posicionarem contra a EC 95 e Reforma do Ensino Médio, bem como contra a Reforma da Previdência e Trabalhista, entre outras séries de projetos do governo com pressupostos conservadores e unilaterais. São essas lutas que motivam e conscientizam os professores em formação sobre como sua atuação em sala deverá ser caracterizada por uma prática entrelaçada com suas concepções renovadoras e não reprodutivistas das classes sociais, como os educadores Freire (2005) e Skovsmose (2010) defendem. O último, em especial, rumo a uma educação matemática criativa, crítica, útil, como ferramenta de libertação e não de opressão, de inclusão e não de exclusão.

É importante que quem se forme como professor esteja consciente de toda repressão e imposição em uma sociedade capitalista, que a educação tende a atender aos interesses das classes burguesas. Ao mesmo tempo, o professor



precisa estar disposto e apto a aproveitar os espaços educacionais para levar uma visão crítica a todo esse sistema, sempre deixando a esperança de luta e mudança por igualdade social.

Vale ressaltar que, dos acontecimentos citados, foram obtidos importantes resultados para a educação em Goiás, como foi o fortalecimento do movimento secundarista, que ocupou e barrou a implantação das Organizações Sociais na gestão das escolas Públicas. Nas ocupações universitárias, o movimento estudantil se fortaleceu, possibilitando a reestruturação de Centros e Diretórios Acadêmicos, como, por exemplo, do Diretório Acadêmico da Matemática, que tem usado desses espaços de debate para levar uma formação mais crítica aos estudantes que se encontram em formação inicial.

## ■ Conclusões

Pelos documentos oficiais publicados em 2016 e 2017, pelas observações em *locus* e análises correlacionadas dos artigos selecionados ao tema reafirmamos a necessidade que a formação inicial de professores de Matemática precisa quebrar com o paradigma positivista e reorganizar seus currículos investindo em perspectivas libertadoras, autônomas, criativas e críticas. Os movimentos estudantis que se estabeleceram no governo brasileiro de Temer culminaram no grito dos estudantes, em especial, dos que cursam Licenciatura em Matemática na Universidade Federal de Goiás, que marcam as indicações de um início de rompimento parcial com educação positivista que predomina no Brasil e clamam por uma educação crítica, libertadora, inclusiva e não opressora, o que incide na formação de professores de matemática. Skovsmose, Freire e Motta & Brolezzi, nos ajudaram a fundamentar o nosso marco teórico e o debate, para juntos, refletirmos sobre os fatos e os desafios relacionados aos futuros docentes de Matemática.

Com todas essas mudanças vivenciadas no contexto político brasileiro, principalmente durante o governo Temer, é impossível acreditar na neutralidade da educação. Tudo que é proposto tem uma intenção por trás, sendo que, atualmente, os interesses predominantes seguem a lógica do mundo capitalista, que é fornecer uma educação pobre aos pobres, para que estes vejam sua única possibilidade de crescer na perspectiva do trabalho puramente técnico, subordinado às injustiças promovidas pela exploração da força de trabalho.

É preciso que o professor, formado ou em formação, se envolva em um crescente movimento de luta pela educação pública, percebendo que, para além da disciplina que ele irá ministrar, é preciso carregar uma série de valores educacionais para promover uma educação integral, de qualidade, crítica, reflexiva e cidadã para todas e todos. Freire (2009) aponta algumas características que um educador pode cumprir para uma prática libertadora e progressista: coragem, confiança, respeito a si e aos outros, criticidade, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de preconceito, bom-senso, humildade, tolerância, defesa dos direitos dos educadores, convicção de que a mudança é possível, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, liberdade, autoridade, reconhecer que a educação é ideológica, entre outros. Essas competências são vistas também como as algumas das indicadas por Perrenoud *et al.* (2002). Dessa forma, o Movimento Estudantil além de se constituir como um importante instrumento popular para regulação das políticas educacionais, também é espaço para formação crítica de sujeitos que serão os futuros professores(as).

## ■ Referências

- Bezerra, M. R. & Xypas, C. (2014). *O Movimento Estudantil Como Espaço de Formação do Educando Para Cidadania: Experiências e Opiniões de Docentes do CAMEAM/UERN*, Editora Realice. Recuperado em 30 de abril, 2018, em [http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade\\_2datahora\\_25\\_05\\_2014\\_20\\_53\\_33\\_idinscrit\\_o\\_174\\_96cc6ee926b837bf03a2bbd8f83bc91d.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_25_05_2014_20_53_33_idinscrit_o_174_96cc6ee926b837bf03a2bbd8f83bc91d.pdf)

- Brolezzi, A & Mota, C. (2005). *A Influência do Positivismo na História da Educação Matemática no Brasil*. Recuperado em 31 de agosto de 2018 em [http:// www.ebah.com.br/content/ABAAAGlCAG/a-influencia-positivismo-na-historia-educacao-matematica-no-brasil](http://www.ebah.com.br/content/ABAAAGlCAG/a-influencia-positivismo-na-historia-educacao-matematica-no-brasil)
- Emenda Constitucional Nº 95 da República Federativa do Brasil. (2016). De 15 de Dezembro de 2016. Recuperado em 31 de agosto de 2018, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm)
- Fonseca, M. P. (2010). *O Movimento Estudantil como Espaço Dialógico de Formação*. Universidade de Brasília, Brasília: Monografia.
- Freire, P. (1984). *A importância do Ato de Ler em três artigos que se contemplam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia da Esperança um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2008). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra.
- Lei Nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017 da República Federativa do Brasil (2017). Recuperado em 31 de agosto de 2018 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)
- Macêdo, L. (2011). Estado, Sociedade e Política Educacional Brasileira: Uma Possível Análise. *Espaço do Currículo* 4(1), 78-91. Recuperado em 24 de fevereiro, 2019, em <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/10545/5832>
- Medida Provisória nº 746/2016, de 22 de setembro de 2016 da República Federativa do Brasil (2016). Recuperado em 24 de fevereiro de 2019 em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2517992&ts=1547877004651&disposition=inline>
- Perrenoud P; Thurler M.G; Macedo L ; Machado N. J & Allessandrini C.D. (2002). *As Competências para Ensinar no Século XXI*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017 - Reforma Trabalhista. da República Federativa do Brasil (2017). Recuperado em 31 de agosto de 2018 em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129049>
- Projeto de Lei n.º 6.787/2016, de 2016 da República Federativa do Brasil (2016). Recuperado em 24 de fevereiro de 2019 em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=80046BC660E2BE7AA8DD36A9DABE33BD.proposicoesWebExterno2?codteor=1550297&filename=Avulso+-PL+6787/2016](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=80046BC660E2BE7AA8DD36A9DABE33BD.proposicoesWebExterno2?codteor=1550297&filename=Avulso+-PL+6787/2016)
- Proposta de Emenda à Constituição 287/2016 da República Federativa do Brasil (2016). Recuperado em 31 de agosto de 2018 em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016)
- Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016, de 2016 da República Federativa do Brasil (2016). Recuperado em 24 de fevereiro de 2019 em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3877571&ts=1547872853209&disposition=inline>
- Rocha, D. R. (2013). *O impacto dos Movimentos Sociais na formação e atuação docente: construções dialógicas para uma educação emancipatória e libertária*. Universidade de Brasília, Brasília: Monografia.
- Ruffato, L. (2017). O sombrio legado de Temer. *El País*. [online] Recuperado em 16 de maio de 2018 em [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/15/opinion/1510748409\\_938683.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/15/opinion/1510748409_938683.html)
- Silva, C. (1999). *A Matemática Positivista e sua difusão no Brasil*. Vitória: EDUFES.
- Silva, V., Soares, G., Echalar, A., & Guimarães, S. (2017). *Organizações sociais em Goiás: o neotecnicismo e as implicações para o ensino de Ciências*. Recuperado em 31 de agosto de 2018 em <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R1986-1.pdf>
- Skovsmose, O. (2010). *Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Souza, F. (1998). Movimento Estudantil Em Biblioteconomia: Um Olhar Sobre UFSC ou a Importância do Movimento Estudantil para a Formação Profissional. *Editorial do Encontros Bibli*, 3(6),48-62. Recuperado em 30 de abril, 2018, em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/28>